



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

DECLARAÇÃO DA CAATINGA

Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe

17 e 18 de maio de 2012

NÓS, membros dos governos estaduais, parlamentares, representantes do setor privado, do terceiro setor, dos movimentos sociais, da comunidade acadêmica e de entidades de pesquisa dos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, mobilizados durante o período de junho de 2011 a maio de 2012 para discutir a promoção do desenvolvimento sustentável no bioma Caatinga, e ainda considerando que:

A Caatinga é o maior bioma da região Nordeste e o único exclusivamente brasileiro;

Cerca de 28 milhões de pessoas habitam a Caatinga, fazendo dessa região uma das mais densamente povoadas entre aquelas de características climáticas similares no mundo. Parte desse contingente vive sob grande vulnerabilidade social e econômica;

É na Caatinga que vive a população mais pobre do Nordeste e uma das mais pobres do Brasil, e que o quadro de pobreza da região gera uma significativa dependência dessa população em relação aos recursos naturais do bioma;

A conservação e uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga são imprescindíveis para o desenvolvimento da região e a melhoria da qualidade de vida da população;

Apesar da riqueza biológica, majoritariamente desconhecida, a Caatinga é o bioma brasileiro menos protegido e pesquisado;

Ao contrário da Floresta Amazônica, da Mata Atlântica, da Serra do Mar, do Pantanal e da Zona Costeira, a Caatinga não é considerada ainda como patrimônio nacional;

O elevado nível de desinformação sobre a Caatinga faz com que esse bioma não tenha o mesmo apelo que a Amazônia e a Mata Atlântica possuem dentro e fora do país;

A Caatinga já perdeu cerca de 46% da vegetação original e a degradação ambiental que se observa atualmente no bioma decorre principalmente da intensa, inadequada e insustentável exploração dos recursos naturais e da escassez de projetos que integrem crescimento econômico, inclusão social e proteção do meio ambiente;

A desertificação é um problema socioambiental que provoca pobreza, desigualdade e exclusão social e que requer o enfrentamento de maneira articulada por meio de políticas públicas integradas;

A Caatinga é o bioma brasileiro mais vulnerável às mudanças climáticas e tende a ser o mais atingido pelos efeitos negativos do aquecimento global, que pode agravar o quadro da desertificação e reduzir as áreas aptas para a agropecuária e a capacidade de geração de serviços ambientais, com impactos severos também na disponibilidade de recursos hídricos na região;

A desertificação e a seca constituem problemas que afetam particularmente o semiárido brasileiro e, em virtude do agravamento dessas questões em 2012, há a necessidade urgente de aprovação do projeto de lei da *Política Nacional de Combate à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca*, que tramita no Congresso Nacional desde 2007;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

Há estudos e registros históricos que demonstram que as secas mais graves na Região ocorrem em intervalos próximos a dez anos, o que possibilitaria o planejamento e a execução tempestiva de medidas para prevenir e minimizar os impactos negativos desse fenômeno;

Os custos dos investimentos na prevenção da degradação dos solos na Caatinga são inferiores àqueles resultantes da degradação;

A participação das populações que habitam áreas de Caatinga no gerenciamento dos recursos hídricos é de fundamental importância para garantir a democratização do acesso à água, equacionando a escassa oferta e a demanda para múltiplos usos;

O déficit nos serviços de saneamento ambiental nas unidades territoriais abrangidas pelo bioma Caatinga afeta negativamente a saúde humana e o meio ambiente;

A matriz energética regional é fortemente dependente da vegetação nativa da Caatinga, fator este que, aliado ao desmatamento ilegal e à escassez de iniciativas de manejo sustentável, tem intensificado a degradação do bioma;

A região Nordeste apresenta grande potencial para a geração de energia a partir de fontes renováveis, principalmente pelo regime e velocidade dos ventos e pelo alto índice de insolação;

A Caatinga fornece produtos florestais não madeireiros fundamentais na geração de emprego e renda para a população e com grande potencial econômico, se explorados em escala pelas indústrias química, farmacêutica e de alimentos. Além disso, há um enorme potencial para a geração de renda em atividades como ecoturismo e uso sustentável da biodiversidade;

A Caatinga mantém serviços ambientais fundamentais para a qualidade de vida das populações e para o desenvolvimento econômico, como polinização e conservação de água, solo e recursos genéticos;

A obtenção de conhecimentos relacionados à convivência com as condições de semiáridade, numa perspectiva de educação contextualizada, eleva significativamente a qualidade de vida nas áreas abrangidas pela Caatinga, principalmente daquelas populações que moram em comunidades rurais, representando, inclusive, um vetor de inclusão, ascensão social e sustentabilidade ambiental;

O desenvolvimento sustentável na Caatinga depende também do fortalecimento das capacidades científicas, tecnológicas e de inovação locais;

A implantação de padrões de produção e consumo sustentáveis na Caatinga deve levar em consideração as necessidades e os conhecimentos das populações locais;

Não obstante os avanços no desenvolvimento socioeconômico da região Nordeste, o uso sustentável e a conservação dos recursos naturais da Caatinga continuam como metas distantes e ainda restam grandes barreiras para a elevação do nível de prioridade com esses temas e consequentes lacunas sistêmicas na implementação de compromissos e políticas que garantam a sustentabilidade desse bioma;

Há enormes desafios para se reduzir a pobreza, promover a mitigação e a adaptação às mudanças climáticas e alcançar os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODMs);

O esforço em busca da sustentabilidade na Caatinga deve contemplar a implementação e integração de políticas que incluam, entre outras, instrumentos regulatórios, econômicos e fiscais, investimento em infraestrutura, incentivos financeiros e parcerias;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

A adoção efetiva de estratégias e ações para a promoção do desenvolvimento sustentável na Caatinga é uma questão complexa e encontra grandes desafios, devendo ser realizada em um processo gradual, mas de forma prioritária e contínua;

Assumimos os seguintes compromissos:

- 1 Fomentar, num espírito de parceria, a cooperação entre todos os níveis de governo, comunidades, organizações não governamentais, comunidade acadêmica, iniciativa privada e detentores de terras, com o intuito de promover a proteção ambiental, a conservação dos recursos naturais e o desenvolvimento sustentável na Caatinga;
- 2 Mobilizar os senadores e deputados federais dos estados signatários desta Declaração, visando à aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que transforma a Caatinga em patrimônio nacional, assim como à aprovação da Política Nacional de Combate e Prevenção à Desertificação e Mitigação dos Efeitos da Seca;
- 3 Implementar fórum de gestores estaduais do meio ambiente, com o intuito de fomentar discussões, compartilhar experiências e integrar ações, fortalecendo a governança nas políticas voltadas ao desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga ;
- 4 Promover a cooperação técnica e científica na área do combate à desertificação e da mitigação dos efeitos da seca;
- 5 Promover a integração de estratégias de erradicação da pobreza nos esforços de combate à desertificação e de mitigação dos efeitos da seca;
- 6 Planejar e implementar políticas e ações preventivas, que minimizem os impactos negativos da seca sobre as populações mais suscetíveis a esse fenômeno;
- 7 Criar um ambiente favorável às iniciativas voltadas ao desenvolvimento sustentável, por meio do reforço e atualização da legislação em vigor, e da elaboração e aperfeiçoamento de políticas e programas de ação;
- 8 Criar a Agenda Positiva para a Caatinga, um plano de comunicação cujo objetivo será intensificar a divulgação das riquezas do patrimônio natural e cultural do bioma, com mudança do foco, atualmente centrado na pobreza, para um paradigma baseado no campo das possibilidades e das belezas existentes;
- 9 Incentivar políticas e programas de educação contextualizada;
- 10 Promover programas de educação e conscientização pública que abordem temas relacionados ao bioma Caatinga, especialmente a conservação da biodiversidade, a convivência com a seca e a compreensão das causas e efeitos da desertificação;
- 11 Promover cursos de formação e qualificação profissional que possibilitem o acesso dos trabalhadores às oportunidades geradas por atividades econômicas sustentáveis;
- 12 Apoiar ações de capacitação de técnicos, extensionistas e produtores rurais em tecnologias de manejo e conservação dos recursos naturais para a produção agropecuária e florestal sustentáveis;
- 13 Promover o desenvolvimento, a adaptação, a difusão, a aquisição e a transferência de tecnologias sustentáveis, adequadas às necessidades específicas das populações locais, com especial atenção aos efeitos sociais, culturais, econômicos e ambientais de tais tecnologias;
- 14 Ampliar o apoio financeiro a projetos de pesquisa e inovação voltados para o avanço do conhecimento sobre a Caatinga e o desenvolvimento sustentável desse bioma;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 15 Implementar medidas para facilitar a transferência de tecnologias apropriadas para o semiárido brasileiro, incluindo a promoção de cooperação com regiões de características similares no mundo e a instalação de novos laboratórios, observatórios locais e infraestrutura para pesquisas aplicadas à realidade da Caatinga;
- 16 Conciliar, sempre que possível, os conhecimentos técnicos e científicos gerados nas instituições acadêmicas e entidades de pesquisa e os saberes das populações locais na formulação de políticas públicas e projetos voltados para a sustentabilidade da Caatinga;
- 17 Realizar programas conjuntos de pesquisa entre a União, os estados, os municípios e o setor privado, objetivando a obtenção de tecnologias melhoradas, de baixo custo e acessíveis, dirigidas ao desenvolvimento sustentável;
- 18 Organizar banco de dados das tecnologias e conhecimentos técnicos disponíveis sobre a Caatinga com o intuito de facilitar sua difusão e utilização;
- 19 Fortalecer as redes de conhecimento relacionadas à Caatinga e ao semiárido brasileiro, estimulando pesquisas aplicadas e o intercâmbio de experiências entre especialistas, autoridades governamentais, setor privado e sociedade civil;
- 20 Aprimorar os serviços de assistência técnica e extensão rural com a finalidade de difundir de forma mais efetiva os processos tecnológicos e as técnicas consideradas relevantes para o desenvolvimento sustentável de atividades agropecuárias e florestais na Caatinga;
- 21 Prover a tecnologia adequada e a formação profissional necessária à geração e ao uso de energia a partir de fontes renováveis;
- 22 Pesquisar e definir modelos de manejo sustentável para espécies nativas da Caatinga, levando-se em consideração as diversas possibilidades de aproveitamento econômico;
- 23 Fomentar o plantio de florestas energéticas com espécies nativas;
- 24 Estimular fortemente alternativas tecnológicas voltadas para a redução de custos de produção, garantia de qualidade e agregação de valor aos produtos agropecuários e florestais atualmente explorados na Caatinga;
- 25 Desenvolver estratégias, planos ou programas para a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica da Caatinga;
- 26 Integrar a conservação e a utilização sustentável da diversidade biológica em planos, programas e políticas setoriais e intersetoriais;
- 27 Promover a recuperação e a restauração de ecossistemas degradados e a proteção de espécies ameaçadas no bioma Caatinga;
- 28 Apoiar as populações locais na elaboração e aplicação de medidas corretivas em áreas degradadas;
- 29 Fomentar iniciativas voltadas para a prevenção da degradação dos solos, reabilitação de terras parcialmente degradadas e recuperação de áreas degradadas;
- 30 Adotar medidas para prever, evitar ou minimizar as causas da mudança do clima e mitigar eventuais efeitos negativos;
- 31 Apoiar o desenvolvimento de projetos que viabilizem formas alternativas de geração de renda para as populações mais vulneráveis aos efeitos da seca e da desertificação;
- 32 Intensificar os esforços necessários à universalização dos serviços de saneamento ambiental nos territórios abrangidos pelo bioma Caatinga;
- 33 Desenvolver ações destinadas a garantir a universalização do acesso à água no bioma Caatinga, implementando, ampliando e fortalecendo programas de uso e difusão de tecnologias sociais de armazenamento hídrico;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 34 Fortalecer a agricultura irrigada sustentável, apoiando a implantação de infraestrutura de irrigação e drenagem;
- 35 Incentivar a adequação dos sistemas de irrigação às especificidades do semiárido;
- 36 Incentivar a implantação de sistemas agroflorestais como alternativa sustentável de produção;
- 37 Priorizar a agricultura familiar sustentável e a implantação e fortalecimento de agroindústrias familiares;
- 38 Utilizar as compras públicas como instrumento de fortalecimento da oferta local de produtos e serviços, oferecidos a partir da exploração sustentáveis dos recursos naturais da Caatinga, priorizando a aquisição dos produtos provenientes da agricultura familiar;
- 39 Fortalecer os órgãos ambientais com a estrutura física e administrativa necessária ao pleno atendimento das demandas da sociedade;
- 40 Promover a gestão, a recuperação e a criação de unidades de conservação em áreas prioritárias para a proteção do bioma Caatinga;
- 41 Promover a implantação de boas práticas em bacias hidrográficas, visando reduzir a degradação do solo, ampliar a cobertura vegetal, aumentar a absorção de carbono e melhorar a qualidade da terra;
- 42 Estimular alternativas para o uso sustentável do bioma, inclusive por meio do fomento a atividades e produtos não madeireiros;
- 43 Aprimorar e ampliar os programas de pagamentos por serviços ambientais;
- 44 Criar mecanismos e incentivos às pessoas e instituições que protegem as florestas e os serviços ambientais associados;
- 45 Fomentar linhas de crédito oficiais e diferenciadas para atividades sustentáveis na Caatinga;
- 46 Estabelecer diretrizes de financiamento que induzam ao uso sustentável dos recursos naturais da Caatinga;
- 47 Instituir o Fundo Caatinga, cuja finalidade será captar recursos para investimentos não reembolsáveis em ações de conservação e uso sustentável dos recursos naturais no bioma;
- 48 Desenvolver mecanismos de financiamento para compensar comunidades locais na Caatinga pelos serviços de proteção ambiental que elas prestam;
- 49 Inserir a gestão sustentável da Caatinga nas políticas nacionais e internacionais de meio ambiente, visando ganhar escala, apoio político e mais recursos;
- 50 Envolver e comprometer tomadores de decisão e demais atores envolvidos com ações voltadas para o aumento de áreas protegidas, promoção da conservação das espécies nativas e uso sustentável da biodiversidade nas áreas susceptíveis à desertificação;
- 51 Ampliar investimentos e priorizar estratégias e ações para a conservação da biodiversidade nas regiões semiáridas, inclusive por meio do fortalecimento das áreas protegidas como forma prática e eficaz para o enfrentamento da desertificação, mitigação dos efeitos das secas e adaptação às mudanças climáticas;
- 52 Desenvolver cultivares mais produtivos e adaptados aos possíveis cenários de mudanças climáticas, resistentes ao aumento da temperatura, à seca, às doenças e às pragas;
- 53 Ampliar o nível de conhecimento sobre a biodiversidade da Caatinga e promover, ao mesmo tempo, boas práticas de exploração sustentável das espécies com potencial de uso econômico, protegendo aquelas ameaçadas de extinção;



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

- 54 Interagir constantemente e compartilhar informações com os tomadores de decisão e demais envolvidos na implementação das iniciativas geradas a partir dos compromissos apresentados nesta Declaração;
- 55 Assegurar que as políticas públicas, bem como as demais ações e iniciativas, atuem de forma permanente e integrada, otimizando os esforços e possibilitando o alcance de melhores resultados para a sustentabilidade do bioma Caatinga;
- 56 Mobilizar e assegurar recursos financeiros substanciais para a implementação dos compromissos assumidos nesta Declaração.

Os compromissos aqui assumidos devem ser contemplados e integrados nas políticas de Estado, como estímulos ao uso eficiente dos recursos naturais, à produção e ao consumo sustentáveis, à cultura, à ciência, tecnologia e inovação, à geração de empregos, à segurança alimentar, à erradicação da pobreza, à adaptação às mudanças climáticas e ao combate à desertificação e todos os demais requisitos relevantes ao desenvolvimento sustentável do bioma Caatinga.

Nos anexos desta Declaração constam os compromissos dos estados participantes das discussões sobre a gestão sustentável do bioma Caatinga. A manifestação formal desses compromissos tem o propósito principal de elevar o patamar de prioridade da agenda político-institucional relacionada ao bioma Caatinga em todas as esferas da sociedade brasileira, permitindo, inclusive, o estabelecimento de um processo permanente de governança.

(Elaborada a partir dos resultados e conclusões dos eventos preparatórios ocorridos no período de junho de 2011 a maio de 2012. Adotada e aberta à adesão na cidade de Fortaleza, Ceará, Brasil, ao final dos trabalhos da I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga: A Caatinga na Rio+20, nos dias 17 e 18 de maio de 2012.)

SIGNATÁRIOS

ALAGOAS	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Ivã de França Vilela	Secretário de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos e Naturais - SEMARH
Adriano Augusto de Araújo Jorge	Presidente do Instituto do Meio Ambiente - IMA
Inácio Loliola Damasceno Freitas	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas
Judson Cabral de Santana	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado de Alagoas
José Reinaldo de Sá Falcão	Presidente do Instituto Xingó
Albani Vieira da Rocha	Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA

BAHIA	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Eugênio Spengler	Secretário do Meio Ambiente do Estado da Bahia
Júlio Mota	Diretor Geral do Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos - INEMA
Maísa Flores	Secretária Executiva do Comitê Estadual da Reserva da Biosfera da Caatinga
Francisco de Assis Pinheiro Filho	Secretaria de Ciência, Tecnologia e Inovação
Carlos Romero	Representante da S.O.S Paraguauçu
José Salvo da Silva	Associação das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto
Dipeta Tuxá	Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo - APOIME
Manoel Ailton R. de Carvalho	Associação das Comunidades Quilombolas de São Tomé
Maria Emília Blanc Amaral	ONG Prisma
Anselmo Vidal	Federação dos Trabalhadores da Agricultura - FETAG
Elton Silva Gomes	Fundação APAEB
Milton Abreu Roque	Núcleo de Estudos da Universidade Federal da Bahia - UFBA
Edinaldo Luz das Neves	Conselho Regional de Biologia - 5ª Região
Divanildo Almeida Ramos	Flor da Caatinga
Erica Madalena Amaral Lima	Projeto Mata Branca - Companhia de Desenvolvimento da Ação Regional - CAR / Secretaria de Desenvolvimento e Integração Regional - SEDIR



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

CEARÁ	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Paulo Henrique E. Lustosa da Costa	Presidente do Conselho de Políticas e Gestão do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Dedé Teixeira	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Ceará
Luiz Antônio Maciel de Paula	Diretor do Centro de Ciências Agrárias da Universidade Federal do Ceará - UFC
Francisco Bezerra	Instituto Nordeste XXI
Ricardo Araújo	Superintendente - Superintendência do Meio Ambiente do Estado do Ceará
Dolores Feitosa	Fundação Joaquim Bernardo Feitosa
Maria Hosana Magalhães Viana	Secretaria de Educação do Estado do Ceará
Maria Helena de Araújo	Diretora do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará
Iranildo de Sousa Ferreira	Embaixador Climático do Brasil na Organização das Nações Unidas

MINAS GERAIS	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Adriano Magalhães Chaves	Secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Minas Gerais
Simone Ribeiro Rolla	Assessora da Diretoria Geral do Instituto Estadual de Florestas
Nailde Sá Porto	Instituto Estadual de Florestas
José Ponciano Neto	Companhia de Saneamento de Minas Gerais
Yara Maria Soares Costa da Silveira	Universidade Estadual de Montes Claros
Izabela Menezes Barata	Instituto Biotrópicos
Oscarino Aguiar Cordeiro	Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha
Aneliza de Almeida Miranda Melo	Conselho Regional de Biologia - Minas Gerais

PARAÍBA	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Francisco de Assis Quintans	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado da Paraíba
Beranger Arnaldo de Araújo	Secretaria dos Recursos Hídricos, do Meio Ambiente e da Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba
Bartolomeu Israel de Souza	Chefe do Departamento de Geociências da Universidade Federal da Paraíba - UFPB
Daniel Duarte Pereira	Instituto Nacional do Semiárido - INSA
Napoleão Esberard	Pesquisador - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa
Belinda Pereira da Cunha	Coordenadora Acadêmica Direito Econômico - PPGC1/PRODEMA/UFPB

PERNAMBUCO	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Hélvio Polito Lopes Filho	Secretário Executivo de Meio Ambiente e Sustentabilidade do Estado de Pernambuco
José Humberto Cavalcanti	Deputado Estadual - Presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Estado de Pernambuco
Alexandrina Sobreira	Presidente do Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Caatinga
Márcia Vanusa da Silva	Professora do Departamento de Bioquímica da Universidade Federal de Pernambuco Coordenadora do Instituto de Bioprospecção e Conservação da Caatinga

PIAUI	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Dalton Melo Macambira	Secretário de Estado de Recursos Hídricos e Meio Ambiente
Luciano Nunes	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Liziê Coelho	Deputada Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Piauí
Luiz Coelho	Prefeito - Município de Paulistana e Presidente do Comitê de Bacias do Piauí
Alysson Silva Pêgo	Superintendente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab/PI
Wilton Fontenele	Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Piauí - Emater
Carlos Humberto Campos	Articulação no Semiárido Brasileiro - ASA
Conceição de Maria Lopes Freitas	Associação Piauiense de Municípios - APPM
Ana Cristina Campos Marinho	CareBrasil
João Evangelista Santos Oliveira	Cáritas Piauí
Welder Silva Vitorino	Cáritas Piauí
Dagmar Oliveira	Cáritas Diocesana São Raimundo Nonato



I Conferência Regional de Desenvolvimento Sustentável do Bioma Caatinga – A Caatinga na Rio+20

RIO GRANDE DO NORTE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Antônio Gilberto Oliveira Jales	Secretário do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos do Rio Grande do Norte
Marjorie Madruga	Procuradora Geral do Estado
Gustavo Szilagly	Diretor Geral - Instituto de Defesa Sustentável do Meio Ambiente - IDEMA
José Geraldo Medeiros da Silva	Diretor Presidente - Empresa de Pesquisa Agropecuária do Rio Grande do Norte
Ramiro Gustavo Valera Camacho	Professor - Departamento de Ciências Biológicas - Universidade do Estado do Rio G. do Norte - UERN
Alvamar Costa de Queiroz	Superintendente - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
Fernando Wanderley Vargas da Silva	Deputado Estadual - Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte
Maria Aparecida de Lima	Instituto Nordeste XXI - Rio Grande do Norte
Leonel Graça Generoso Pereira	Associação de Desenvolvimento de Produtos da Sociobiodiversidade

SERGIPE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
Genival Nunes Silva	Secretário do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Sergipe
Carlos Soares de Meneses	Centro Dom José Brandão de Castro
Daniela Bento Alexandre	Sociedade de Apoio Sócio-Ambientalista e Cultural
Vera Lúcia Silva Cardoso	Coordenadora Estadual de Combate à Desertificação
Vera Núbia Avelino	Secretária de Meio Ambiente de Canindé de São Francisco
Luiz Neto da Silva	União Pelo Rio São Francisco

BANCO DO NORDESTE	
NOME	CARGO/INSTITUIÇÃO
José Sydrião de Alencar Júnior	Diretor de Gestão do Desenvolvimento
